



Anais da Assembléia

Nº 125

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 01 DE SETEMBRO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO

1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG

2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA

1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA

3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE

4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado ORLANDO PESSUTI
 PRN Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
 PFL Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
 PDT Deputado PAULO MAIA
 PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
 PSDB Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
 PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
 PL Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
 PST Deputado GERALDO CARTÁRIO

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12 Arlindo Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kliese Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antônio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Mais-trovicz; **PDT - 06:** César Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Osmário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - • Lygia Lumina Pupatto - **Suplentes:** Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Caio Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo. -
 (•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 34.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 01 DE SETEMBRO DE 1992

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Lourenço Fregonese.

As quinze horas e vinte minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Artur Ritti, José Tavares, Lygia Pupatto, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (46). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Alceu Swarowski, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, José Alves, Luiz Antônio Setti, Mário Bezerra e Rafael Greca de Macedo (07). Em licença o Senhor Deputado Albino Corazza (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1356-A

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando das atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que a discussão e votação das proposições constantes da Ordem do Dia marcada para a Sessão Extraordinária de hoje, sejam apreciadas englobadamente.

Sala das Sessões, em 01.09.92.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 1345-A

Senhor Presidente.

Os Deputados autores do presente, adiante subscritos, REQUEREM, na forma regimental, após ouvido o duto Plenário, seja retirada da ordem do Dia, desta data, a Proposição n° 079/92, veto parcial aposto ao Projeto de Lei Complementar n° 381/91, de autoria do Deputado Albino Corazza, em virtude da licença parlamentar requerida pelo Deputado autor da proposta originária, que prejudica o seu direito de arguir em defesa da mesma.

Sala das Sessões, em 01.09.92.

(aa) PAULO MAIA

ALGACI TÚLIO

EMILIA BELINATI

CEZAR SILVESTRI

RAFAEL GRECA DE MACEDO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando que a discussão e votação das Proposições constantes da Ordem do Dia marcada para a Sessão Extraordinária de hoje, sejam apreciadas englobadamente. **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Paulo Maia, Algaci Túlio, Cezar Silvestri, Rafael Greca de Macedo e Emilia Belinati, constante do expediente, solicitando a retirada da ordem do Dia da Proposição n° 079/92, Veto aposto ao Projeto de Lei Complementar n° 381/92. **Aprovado.**

De acordo com o Regimento Interno, a matéria não pode ser retirada da Ordem do Dia, mas como a Assembléia tem já aprovado requerimento nesse sentido, vou submeter a votos o requerimento.

Os Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão.

Aprovado.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 057/92, Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 382/92, de autoria do Deputado GERALDO CARTÁRIO, que autoriza o Poder Executivo a organizar o período letivo e dá outras providências. Com Relatório da C.C.J.. Considerando o VOTO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT N° 138/92

Curitiba, 03 de junho de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 106/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e de conformidade com disposto no parágrafo 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 382/91 por julgá-lo contrário ao interesse público em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que o período letivo anual, nas escolas de 1º e 2º graus públicas e particulares, no Estado do Paraná, será regulamentado pelo Poder Executivo, "considerando o direito familiar de que os meses de janeiro e julho, obrigatoriamente, sejam reservados às férias" e sobre outras providências pertinentes ao assunto.

O Projeto de Lei em referência não mereceu acolhimento em face de manifestações expendidas pela Secretaria de Estado da Educação que, analisando a matéria, asseverou:

"A respeito do assunto, somos de parecer que o referido Projeto de Lei, em que pese o interesse de se fazer respeitar o tempo de convivência entre pais e filhos, nas férias, não poderá ser tecnicamente e legalmente viabilizado, tendo em vista as razões a seguir expostas.

Existem dois documentos legais que regulamentam a matéria e que prevêem carga horária a ser cumprida, rigorosamente:

a) a Lei nº 5692/92, de Diretrizes e Bases da Educação, que determina o Mínimo de 180 dias letivos;

b) o Decreto nº 240, de 25.10.91, que estabelece o cumprimento de 800 h/a como carga horária anual.

Os cursos de 2º Grau Profissionalizantes têm carga horária prevista e exigida, que em alguns casos exige 216 dias letivos.

Obedecendo a esses documentos legais a SEED tem procurado maximizar o período de férias em julho e final de dezembro, inclusive respeitando o direito de férias do professor (30 dias consecutivos em janeiro e 30 dias alternados). Podemos observar que os feriados e pontos facultativos consomem grande número de dias letivos (15 feriados em 1992).

As escolas podem fazer certas adaptações no calendário, sem prejudicar os 180 dias letivos e as 800 horas de carga horária, como ocorre no litoral, quando da "operação verão", por exemplo.

Esta Secretaria está promovendo o máximo de descentralização e concedendo o máximo de autonomia às escolas para que elas possam organizar as atividades pedagógicas em íntima relação com a comunidade.

de.

Parece-nos que a nível internacional existe uma tendência de aumentar o número de dias letivos e carga horária nas escolas.

Creemos, ainda, que são poucos os pais que conseguem férias nas empresas exatamente em janeiro/julho (as férias são de apenas 30 dias). As mesmas costumam ocorrer em meses totalmente diferentes".

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V.Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Proj. de Lei 382/91 foi publicado no D.A. nº 106 de 29.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 382/92

P A R E C E R:

Oriundo do Ofício nº DTL/SAT 138/92, expedido pelo Gabinete do Governador, chega a esta Comissão a Proposição de Veto nº 057/92, aposto ao Projeto de Lei nº 382/92, de autoria do Dep. Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo a organizar o período letivo e dá outras providências.

O veto foi aposto dentro do prazo regimental previsto, obedecendo todos os trâmites legais.

Nestas condições, opinamos pelo encaminhamento e apreciação em plenário.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 30.06.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 062/92, veto aposto ao Projeto de Lei nº 208/91, de autoria do Deputado DOMINGOS DE CARVALHO, que institui o Cadastro Rural Especial para fins de legalização da posse do imóvel rural de até 35 hectares em situação irregular. Com Relatório da C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT nº 151/92

Curitiba, 29 de junho de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 012/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do Art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 208/91, por julgá-lo contrário ao interesse público em razão dos motivos

adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre a implantação do cadastro técnico rural previsto no § 2º, do art. 154, da Constituição Estadual.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre de pronunciamento expedito pela Procuradoria-Geral do Estado, onde está esclarecido que a medida, pela forma como está posta, deixa de atender plenamente o mandamento constitucional em que procura estribar-se. Confirmando tal assertiva, vai, adiante transcrito, parte do conteúdo do já citado parecer da PGE:

..."5. Cabe agora examinar o projeto em tela, salientando, de início, a louvável iniciativa que esbarra em obstáculos que adiante se explicitam.

5.1. A Constituição Estadual, com efeito, prevê no § 2º, do art. 154:

"O Estado implantará em todo território o sistema estadual de cadastro técnico rural, com vistas ao planejamento e desenvolvimento das políticas agrícola, agrária, de regularização fundiária, utilização e preservação dos recursos naturais e de apoio às políticas urbanas municipais."

Como se vê, ao cadastro ligam-se as políticas: agrícola, agrária, de regularização fundiária, de utilização e preservação dos recursos naturais, e de apoio às políticas urbanas.

No projeto em pauta, faz-se referência direta, na justificativa, à regularização fundiária; silencia-se sobre meios e instrumentos relativos às demais.

O projeto é, nesse sentido, incompleto para atender ao que dispõe a Constituição Estadual. Não se pode olvidar que, sob a rubrica de sistema de cadastro técnico rural, tenham abrigo "quantum satis" todas as demais políticas constitucionalmente previstas; e para isso não basta a mera referência, como faz o art. 2º do projeto; é necessária explicitação em nível infra-constitucional, incompatível com a mera repetição do texto da Constituição.

De outra sorte, como informa o ITCF, os objetivos do cadastro técnico, entre outros são:

- o estabelecimento das reais divisas das propriedades com um sistema de coordenadas, ligadas à rede geodésica;
- planejamento agrícola, com zoneamento agrícola, florestal e ecológico;
- fornecer parâmetros para justa tributação;
- subsidiar o planejamento governamental-eletrificação, rede de transporte, escolas, etc;
- estender-se também ao registro imobiliário, à regularização fundiária, à reforma agrária e ao crédito rural.

De longe, percebe-se a insuficiência do conteúdo do Projeto para abarcar, quan-

do menos, os aspectos mencionados acima.

5.2 - Ademais, inexistente no Projeto referência à dotação orçamentária, à disponibilidade econômico-financeira e aos recursos técnicos e humanos necessários à sua execução. Sem os instrumentos aptos a realizá-lo, o sistema tornar-se-á inócuo.

Nas atuais condições, para implantação de, um cadastro que mereça tal designação, dispõe o órgão fundiário, segundo informa o ITCF, de meios para realizar no prazo estipulado apenas 2,5% da área do Estado do Paraná, e isso caso o Projeto cuidasse realmente de sistema de cadastro técnico rural e não apenas de uma política setorial (que é a regularização fundiária, a qual se reveste de extrema relevância mas não esgota o sistema de cadastro).

Note-se, além disso, que o projeto se estende por 18 meses, e que a Constituição Federal, em seu art. 167, parágrafo primeiro prevê:

"Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

Esse princípio, consoante ensinam Celso Ribeiro Bastos e Ives Gandra Martins, se aplica também aos Estados-membros (in Comentários à Constituição do Brasil, 6º vol. tomo II, Ed. Saraiva, 1991, p.371).

E não é somente isso: a Constituição veda (art. 167, I) o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual, proibição que também se estende ao Estado do Paraná.

Remarque-se que essa menção à realidade orçamentária decorre de normas cogentes, inderrogáveis, e ligam-se ao plano financeiro dos Estados que prefixa receita e despesas públicas. Aliás, afirma nesse sentido PINTO FERREIRA:

"O Estado necessita de uma ordem financeira para regular sua vida econômica. Por isto, autolimita-se mediante um ordenamento, a que se dá o nome de orçamento, como a lei a que se submete a sua receita e a sua despesa. (in Manual de Direito Constitucional, Forense, RJ, 1990, p.360)".

5.3. Merece também atenção a previsão do amplo acesso às informações do sistema.

É inquestionável o direito constitucional de receber informações, quer de interesse particular, quer coletivo, quer geral. Mas esse direito encontra equilíbrio na segurança da sociedade e do próprio Estado, a título da ressalva feita pela Constituição (art. 5º, inciso XXXIII).

Por segurança da sociedade, ensina CRETELLA JR., entendem-se.

"as informações, de que são detentores os órgãos públicos" e que podem, se divul-

gadas, causar danos à sociedade, impondo-se, nesse caso, o sigilo",

e por segurança do Estado, segundo o mesmo tratadista:

"do mesmo modo (...) erige-se como razão suficiente e legal para que sejam negadas informações de órgãos públicos" (in Comentários à Constituição Brasileira de 1988, Forense Universitária, 1990, RJ, p. 420:21).

Por aí se vê que a abrangência do acesso às informações conferida pelo Projeto, sem qualquer ressalva, pode eventualmente colidir com a ressalva constitucionalmente admitida.

5.4. O Projeto praticamente cinge-se à regularização fundiária, mas não distingue a regularização das terras devolutas, em relação às quais têm o Estado incumbência de proceder, das terras já extremadas do domínio público, cuja atuação pode dar-se, nesse caso, via Defensoria Pública ou outros mecanismos similares.

5.5. Por derradeiro, o Projeto é reducionista, pois limita a abrangência do cadastro rural para certo número de imóveis que se enfeixam na dimensão nele prevista, o que é incompatível com a extensão e com os verdadeiros objetivos do cadastro técnico em sua acepção correta.

Em conclusão: as razões supra expostas denotam deficiências flagrantes no Projeto, não obstante a louvável iniciativa e a nobreza de propósitos sociais que o impulsionam. Entretanto, a sanção do Projeto, nesses moldes, enfrentará todos os obstáculos antes suscitados, lamentando-se, ademais, que sua formulação não permita, mediante veto parcial, a correção de aspectos essenciais."

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Proj. de Lei n° 208/91, foi publicado no D.A. n° 62, de 03.06.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO DE VETO N° 62/92

P A R E C E R:

A Proposição de Veto n° 62/92, em tela cumpre os critérios formais necessários à sua normal tramitação e apreciação por esta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Salvo melhor Juízo, é o parecer.

Sala das Comissões, em 18.08.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 063/92, veto aposto ao Projeto de Lei n° 050/92, de autoria do Deputado Mário Bezerra e outros, que dispõe que o Poder Executivo dotará os batalhões policiais militares e subdivisões da polícia civil, de coletes à prova de balas, suficientes para suprir pelotões da PM, Delegacias e Destacamentos Militares. Com Relatório da C.C.J. Considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT N° 152/92

Curitiba, 29 de junho de 1992.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 134/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência usando da atribuição conferida pelo art.87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71 ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 050/92, por julgá-lo contrário ao interesse público em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que o "Poder Executivo dotará os Batalhões Policiais Militares e as Subdivisões da Polícia Civil, de coletes à prova de balas, em quantidade suficiente que supra as necessidades de todas as delegacias, pelotões e destacamentos, nos municípios pertencentes ao Estado, a fim de que seja garantida a segurança dos policiais no combate ao crime" e que tal dispositivo deverá ser regulamentado no prazo de seis meses.

O Projeto de Lei em exame não mereceu acolhimento em razão de pronunciamento da Secretaria de Segurança Pública, através de suas Assessorias Civil e Militar, os quais consideram a matéria, pela forma como está posta, inoportuna e contrária aos superiores interesses dos órgãos integrantes da estrutura policial do Paraná. É que, segundo as considerações expendidas pela Pasta da Segurança Pública, inobstante à louvada preocupação do Legislador, consubstanciada na pretendida medida - que, aliás, independe de lei específica - dever-se-á levar em conta que os riscos enfrentados pelo policial são extremamente diminuídos, na proporção do seu treinamento específico, envolvendo técnicas e táticas ofensivas e defensivas, sendo o colete à prova de balas, apenas um acessório dentro do complexo preparo instrucional que visa preservar a integridade física não só do policial, mas também a daqueles que afrontam a norma penal.

De outro lado, vale frisar que as instituições policiais do nosso Estado contam, para seu reequipamento logístico, dos recursos advindos do FUNRESPOL e FUNRESTAN, em cujos planos de aplicação são priorizadas as aquisições relacionadas às

atividades desempenhadas pela Polícia Civil e Militar, respectivamente.

A par disso, o Governo do Estado define área de segurança pública como também emergente e prioritária, impondo expressiva predominância à solução de suas necessidades básicas de ordem financeira e material, com ênfase ainda a uma justa política salarial para o setor.

Esses os motivos que me levaram a votar o Projeto de Lei que em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 50/92, foi publicado no D.A. nº 13 de 11.03.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO VETO Nº 063/92

P A R E C E R:

A presente Proposição veta o Projeto de Lei nº 050/92, de autoria do Deputado Mário Bezerra, que dispõe que o Poder Executivo dotará os batalhões Policiais Militares e Subdivisões de Polícia Civil, de coletes à prova de balas, suficientes para suprir Pelotões da PM, Delegacias e Destacamentos Militares, conforme especifica.

Procedida a análise constitucional e regimental da presente Proposição, encontra-se a mesma dentro dos procedimentos e prazos estabelecidos, e da análise dos argumentos que o Senhor Governador expõe em suas razões, verificamos que os mesmos tornam o Veto em condições de ser apreciado.

Diante do exposto, a matéria encontra-se em condições de ser submetida à consideração do duto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.08.92

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

O Senhor 1º Secretário procederá a

chamada nominal dos Senhores Deputados para votação dos vetos.

Os Senhores Deputados que forem favoráveis à manutenção do veto, deverão se manifestar votando com as cédulas que contêm a expressão "SIM".

Os contrários à manutenção do veto, deverão se manifestar, utilizando para votação, as cédulas que contêm a expressão "NÃO".

Após ter feito sua opção de voto, o Deputado deverá colocar a cédula na sobre-carta rubricada e depositá-la na urna que se encontra sobre a Mesa.

O Senhor 1º Secretário procederá a chamada nominal dos Senhores Deputados para o processo de votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (João Arruda) - Proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram 44 Senhores Deputados, em comissão constituída por Eurides Moura, Nelson Justus, João Iensen para compor a Comissão escrutinadora.

Senhores Deputados:

Pela manutenção do Veto: 22 (vinte e dois); Pela rejeição do Veto: 17 (dezesete); Votos em branco: 05 (cinco).

Estão mantidos os Vetos.

A Mesa encarece aos Senhores Deputados, para um comparecimento na 4ª e na 5ª feira esforço concentrado que a Assembléia está fazendo esta semana.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para quarta-feira, dia 02, para logo após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 068, 075, 077 e 078/92.

Levanta-se a sessão.